



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE CAIANA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
CNPJ: 08.891.541/0001-69

EDITAL

**PREGÃO PRESENCIAL N° 010/2020
PROCESSO LICITATÓRIO N° 023/2020**

TIPO: MENOR PREÇO

ÓRGÃO REALIZADOR DO CERTAME: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE CAIANA

RUA 13 DE MAIO, SN – CENTRO – SÃO JOSÉ DE CAIANA (PB) – CEP 58.784-000

O Órgão Realizador do Certame acima indicado, inscrito no CNPJ/MF n° 08.891.541/0001-69, torna público para conhecimento de quantos possam interessar que fará realizar através de sua Pregoeira Oficial do Município, **Lucia Gerlania da Silva Santos**, assessorado por sua Equipe de Apoio, às **15h00min** do dia, **26 de maio de 2020**, no endereço também acima indicado, licitação na modalidade **Pregão Presencial**, tipo menor preço, tudo de acordo com este instrumento convocatório e em observância à Lei Federal n° 10.520, de 17 de julho de 2002, aos Decretos Federais n° 3.555, de 8 de agosto de 2000, e n° 5.504, de 5 de agosto de 2012, , e, subsidiariamente, à Lei Federal n° 8.666, de 21 de junho de 1993, conforme os procedimentos e critérios a seguir definidos, objetivando obter a melhor proposta para contratação dos serviços especificados no **Anexo I deste Edital**.

1 DO OBJETO

- 1.1 O objeto da presente licitação consiste na escolha da(s) melhor(es) oferta(s) **SERVIÇOS DE ASSESSORIA E CONSULTORIA NA IMPLANTAÇÃO DO PRONTUÁRIO ELETRÔNICO DO CIDADÃO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DE CAIANA-PB**, tudo em conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência (Anexo I deste Edital), o qual é parte integrante e indissociável deste instrumento convocatório.

2 DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

- 2.1 Poderão participar da presente licitação as pessoas física e jurídica (MEI, ME, EPP e sociedades empresárias ou empresários individuais) do ramo pertinente ao objeto desta licitação.
- 2.2 A obtenção do instrumento convocatório poderá ser feita junto a Pregoeira local ou sua Equipe de Apoio, no prédio sede da CPL no endereço já indicado em preâmbulo, ou ainda ou através dos sites www.saojosedecaiana.pb.gov.br e www.portal.tce.pb.gov.br (mural de licitações do Tribunal de Contas).
- 2.3 Não será admitida nesta licitação a participação de:
- 2.3.1 Interessados que se encontrem em regime de falência, recuperação judicial, concurso de credores, dissolução, liquidação, assim como empresas estrangeiras que não funcionem no País, nem aqueles que tenham sido declarados inidôneos para licitar ou contratar com a



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE CAIANA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
CNPJ: 08.891.541/0001-69

administração pública, ou que estejam sob os efeitos das sanções administrativas, com suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração municipal;

2.3.2 Empresas reunidas em consórcio, ou que sejam controladas, controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si;

2.3.3 Pessoas jurídicas das quais participem, a qualquer título, dirigentes ou servidores Municipal de São José de Caiana.

3 DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO

3.1 Em até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos e providências ou impugnar o ato convocatório do Pregão, devendo protocolar o pedido junto à CPL no endereço já citado, cabendo a Pregoeira decidir sobre o requerimento no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

3.1.1 Caso seja acolhida a pretensão contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame.

3.2 Decairá do direito de impugnar os termos deste Edital, o interessado ou licitante que não o fizer até o segundo dia útil antecedente à data de realização da Sessão Pública do Pregão, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.

3.3 A impugnação feita tempestivamente pela licitante não a impedirá de participar do processo licitatório, pelo menos até o trânsito em julgado da decisão a ela pertinente.

4 DA REPRESENTAÇÃO E DO CREDENCIAMENTO

4.1 A licitante deverá apresentar-se para credenciamento junto a Pregoeira no dia e hora marcada, por intermédio de representante, munido dos documentos que o credenciem a participar deste certame, inclusive com poderes para ofertas e lances verbais.

4.2 Cada licitante credenciará apenas um representante, que será o único admitido a intervir nas fases do procedimento licitatório e a responder por sua representada, perante todos os atos e efeitos previstos neste Edital.

4.3 A ausência do Credenciado, em qualquer momento ou fase da sessão, importará a imediata exclusão da licitante por ele representada, salvo autorização expressa do Pregoeiro.

4.4 Para o credenciamento deverão ser apresentados os seguintes documentos:

4.4.1 Tratando-se de representante legal, o estatuto social ou contrato social, com assentamento perante a Junta Comercial do Estado, ou outro instrumento de registro admitido em lei, no qual estejam expressos poderes para exercer direitos e assumir obrigações, em decorrência



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE CAIANA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
CNPJ: 08.891.541/0001-69

de tal investidura (**mediante cópias autenticadas ou apresentar os originais para conferência**);

4.4.2 Tratando-se de mandatário, PROCURAÇÃO por instrumento público ou particular, outorgada pela pessoa jurídica, com reconhecimento de firma do outorgante, **NA QUAL CONSTEM PODERES ESPECÍFICOS PARA FORMULAR LANCES**, negociar preço, interpor recursos ou desistir de sua interposição e praticar todos os atos pertinentes ao certame, acompanhado do correspondente documento, dentre os indicados no subitem 4.4.1, que comprove os poderes do mandante para a outorga; (**mediante cópias autenticadas ou apresentação dos originais para conferência**).

4.4.3 O representante deverá identificar-se, exibindo documento oficial com foto;

4.4.4 Comprovação de que o licitante se enquadra nas prerrogativas do Art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, quando for o caso de microempresa ME ou empresa de pequeno porte (EPP), estando apta, portanto, para receber tratamento diferenciado e simplificado na forma definida por aquela norma de regência.

a) Poderá ser a exigência atendida por declaração expressa, assinada pelo responsável legal da empresa e por profissional da área contábil, devidamente habilitado, conforme o Modelo constante do Anexo IV deste Edital.

b) A ausência da referida declaração não é suficiente motivo para impedir a participação do licitante; apenas perderá este, no presente certame, o direito ao tratamento diferenciado e simplificado dispensado a ME ou EPP, previsto na referida Lei Complementar 123/06.

4.5 A procuração por instrumento particular deverá estar acompanhada do documento comprobatório dos poderes do representante legal da outorgante (ato constitutivo/deliberativo da pessoa jurídica) **que deverá ser apresentado no momento do credenciamento**.

4.6 Esses documentos (originais ou cópias) deverão ser apresentados antes do início da sessão do Pregão. No caso de cópias, as mesmas deverão estar autenticadas por tabelião ou, se acompanhadas dos respectivos originais, pelo(a) Pregoeiro(a) ou por membro da sua Equipe de Apoio.

4.7 A não apresentação ou ainda a incorreção insanável de quaisquer dos documentos de credenciamento não impedirá a participação da licitante no presente certame.

4.8 O representante poderá ser substituído a qualquer momento por outro regularmente credenciado.

4.9 Não será admitida a participação de mandatário ou representante legal para mais de uma licitante.

4.10 Ficará impedido de formular lances verbais, o credenciado cuja procuração não contenha autorização para este fim.



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE CAIANA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
CNPJ: 08.891.541/0001-69

5 DA APRESENTAÇÃO DE DECLARAÇÃO E DOS DOCUMENTOS DE PROPOSTA DE PREÇO E HABILITAÇÃO

5.1 No dia, hora e local designado neste Edital, com a presença dos interessados ou seus representantes, devidamente credenciados, e demais pessoas que queiram presenciar o ato, o(a) Pregoeiro(a), que dirigirá a sessão, após abertura da mesma, receberá os documentos abaixo relacionados, de cada licitante, admitindo-se, contudo, a entrega por pessoas não credenciadas, sendo registrados em ata os nomes das licitantes:

5.1.1 Declaração, separada de qualquer dos envelopes exigidos no subitem abaixo, dando ciência de que cumpre os requisitos de habilitação para o presente certame licitatório, conforme Modelo constante do Anexo IV deste Edital;

5.1.2 Declaração de cumprimento do disposto no Art. 7º, Inciso XXXIII, da Constituição Federal (Art. 27, Inciso V, da Lei 8.666/93); de superveniência de fato impeditivo no que diz respeito à participação na licitação; e de submeter-se a todas as cláusulas e condições do presente instrumento convocatório, conforme Modelo constante do Anexo IV deste Edital, documentos estes que acompanharão, em um só envelope, os demais relativos à habilitação.

5.1.3 Em envelopes lacados, a documentação exigida para Proposta de Preço (Envelope A) e Habilitação (Envelope B).

5.2 Declarado encerrado os procedimentos de credenciamento, a partir do horário estabelecido no preâmbulo deste Edital, não mais serão admitidos novos proponentes, sendo aberta a sessão pelo Pregoeiro.

5.3 Os envelopes contendo os documentos relativos à Proposta de Preço e à Habilitação deverão ser entregues separadamente, rubricados no fecho e identificados com o nome da licitante e o número da licitação, respectivamente, os títulos dos conteúdos (“Proposta de Preço” e “Documentos de Habilitação”), na forma das alíneas “a” e “b” a seguir:

5.3.1 Envelope contendo os documentos relativos à Proposta de Preço:

À
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE CAIANA – PB
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 023/2020
PREGÃO PRESENCIAL Nº 010/2020
LICITANTE: _____
ENVELOPE “A” (PROPOSTA DE PREÇO)

5.3.2 Envelope contendo os Documentos de Habilitação:



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE CAIANA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
CNPJ: 08.891.541/0001-69

À
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE CAIANA – PB
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 023/2020
PREGÃO PRESENCIAL Nº 010/2020
LICITANTE: _____
ENVELOPE “B” (DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO)

- 5.4 Não será admitida a remessa postal dos referidos envelopes.
- 5.5 Os documentos necessários à participação na presente licitação poderão ser apresentados em original, ou por qualquer processo de cópia, autenticada em cartório, ou publicação em órgão da imprensa oficial, ou ainda de cópias simples, desde que acompanhadas dos originais para conferência pelo(a) Pregoeiro(a) ou sua equipe de apoio.
- 5.6 Não serão aceitos documentos apresentados por meio de fitas, discos magnéticos, filmes ou cópias em *fac-simile*, mesmo autenticadas, admitindo-se, no entanto, fotos, gravuras, desenhos, gráficos ou catálogos apenas como forma de ilustração das Propostas de Preço.
- 5.7 Os documentos necessários à participação na presente licitação, compreendendo os documentos referentes à Proposta de Preço e à Habilitação e seus anexos, deverão ser apresentados em idioma pátrio oficial, salvo quanto a expressões técnicas de uso corrente.
- 5.8 O número do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ indicado nos documentos da Proposta de Preço e da Habilitação deverá ser o mesmo daquele licitante que efetivamente se propõe a executar o objeto da presente licitação.
- 5.9 A não entrega da Declaração exigida no subitem 5.1.1 deste Edital implicará o não recebimento, por parte do(a) Pregoeiro(a), dos envelopes contendo a documentação da Proposta de Preço e de Habilitação e, portanto, implicando a exclusão da licitante do certame.
- 5.10 Após a apresentação da proposta, não mais caberá desistência, salvo se por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.
- 5.11 O Credenciado deverá ter amplo conhecimento do teor da proposta apresentada, em todos os seus itens, a fim de que se faça representar, legitimamente, em eventuais negociações entre as partes, evitando com isso a interrupção da sessão para contatos externos visando o esclarecimento de dúvidas sobre o teor da mesma, ficando, todavia, os casos excepcionais para serem avaliados pelo Pregoeiro.

6 DA APRESENTAÇÃO E CONTEÚDO DA PROPOSTA COMERCIAL – ENVELOPE “A”

- 6.1 Os interessados deverão apresentar as propostas em envelope lacrado, identificado como Envelope “A”.



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE CAIANA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
CNPJ: 08.891.541/0001-69

- 6.2 A proposta para o(s) item(ns) licitado(s) deverá ser apresentada em única via, digitada, datada, rubricada em suas folhas e assinada por representante da interessada, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, e deverá conter, além de outras informações de livre disposição, o seguinte:
- 6.2.1 Razão Social da sociedade empresária, firma individual, MEI, ME ou EPP, endereço e número dos respectivos CNPJ e Inscrição Estadual do proponente, além do número do processo do Pregão a que se vincula a proposta.
 - 6.2.2 Razão Social de pessoa física, nome, endereço e número do CPF do proponente, além do número do processo do Pregão a que se vincula a proposta.
 - 6.2.3 Prazo de validade da proposta, não inferior a 60 (sessenta) dias, corridos da de abertura do certame.
 - 6.2.4 Os preços propostos deverão estar cotados em moeda corrente nacional (real), expressos em algarismo (com duas casas decimais), devendo o valor global da proposta estar expresso em algarismo e por extenso;
- 6.3 Em caso de divergência entre o valor expresso em algarismo e por extenso, será aplicada a regra prevista no item 7.13;
- 6.4 Quaisquer tributos, custos e despesas diretas ou indiretas omitidos nas propostas ou incorretamente cotados, serão considerados como inclusos nos preços, não sendo considerados pelos pleitos de acréscimos a esses ou qualquer título, devendo os respectivos serviços ser prestados a Prefeitura Municipal de São José de Caiana, sem ônus adicionais;
- 6.5 Não serão admitidos cancelamentos, retificações ou alterações nas condições estabelecidas, uma vez abertas as propostas escritas. Os erros, equívocos e omissões havidas nas cotações serão de inteira responsabilidade do proponente, não lhe cabendo, no caso de desclassificação, qualquer recurso ou eximir-se do fornecimento do objeto da presente licitação.
- 6.6 Omissões quanto ao prazo de entrega, prazo de validade da proposta, prazo de garantia e prazo de pagamento serão considerados como aceito o disposto no Edital.
- 6.7 Opcionalmente, deverá a licitante fornecer o número da conta corrente, agência e banco preferido, por onde deseja receber seu crédito, se vencedora.

7 DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

- 7.1 Analisadas as propostas serão desclassificadas as que estiverem elaboradas em desacordo com os termos deste edital;



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE CAIANA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
CNPJ: 08.891.541/0001-69

- 7.2 Será classificado pelo(a) Pregoeiro(a), primeiramente, o proponente que apresentar a proposta de menor preço e, em seguida, todas as propostas com percentuais sucessivos em até 10% (dez por cento). Não havendo no mínimo três propostas dentro do percentual acima, serão classificadas as de melhor oferta, até que se obtenha o mínimo de 03 (três), em condições de passar à fase de lances, conforme o disposto no art. 4º, incisos VIII, IX e X da Lei nº 10.520/02.
- 7.3 Quando não existirem, no mínimo, três propostas superiores em até 10% (dez por cento) em relação à de menor(es) preço(s), serão classificadas as três menores, quaisquer que sejam seus valores.
- 7.4 Aos proponentes classificados conforme o item anterior, será dada a oportunidade para novas disputas por meio de lances de preços, sucessivos, distintos e decrescentes.
- 7.5 O(a) Pregoeiro(a) convidará individualmente os autores das propostas selecionadas a formular lances, de forma sequencial, a partir do autor da proposta de maior preço e os demais em ordem decrescente de valor, decidindo-se por meio de sorteio, no caso de empate entre as ofertas.
- 7.5.1 A licitante sorteada em primeiro lugar poderá escolher a posição na ordenação de lances em relação aos demais empatados, e assim sucessivamente até a definição completa da ordem de lances.
- 7.6 A desistência em apresentar lance verbal implicará na exclusão do licitante dessa etapa e na manutenção do último valor por ele apresentado, prevalecendo este último lance para efeito de ordenação das propostas.
- 7.7 A rodada de lances verbais será repetida quantas vezes o(a) Pregoeiro(a) considerar necessário, onde cada um **terá até dois minutos** para formular seu lance.
- 7.8 Só será aceito lance cujo **preço por item** seja menor do que o último lance anteriormente registrado e cujo **valor por item**, deverá ser expresso em moeda corrente com até duas casas decimais.
- 7.9 Encerra-se a disputa de lances quando não mais houver nenhuma proposta verbal de menor preço, sendo que, após essa etapa competitiva, as ofertas serão ordenadas exclusivamente pelo critério de **menor preço por item**.
- 7.10 Atendendo os termos da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, após a fase de lances, se a proposta melhor classificada não tiver sido ofertada por microempresa ou empresa de pequeno porte e em sendo verificada a ocorrência de empate – *entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas ou empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta de melhor preço* – será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para empresas enquadradas na definição de microempresa ou empresa de pequeno porte.



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE CAIANA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
CNPJ: 08.891.541/0001-69

- 7.11 Para efeito do disposto no item 7.10, ocorrendo empate, o procedimento dar-se-á da seguinte forma:
- 7.11.1 - A microempresa ou empresa de pequeno porte melhor classificada poderá, no prazo de 5 (cinco) minutos **após a convocação**, apresentar nova proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto deste Pregão;
- 7.11.2 - Não sendo vencedora a microempresa ou empresa de pequeno porte classificada, na forma do subitem anterior, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem nessas categorias e cujas propostas estejam dentro do limite estabelecido no subitem 7.10, seguindo-se a ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito;
- 7.11.3 – A(s) licitante(s) enquadrada(s) nos termos do subitem 7.10, deverá(ão) apresentar junto com a documentação de **CREDENCIAMENTO**, comprovação da sua condição declarada, por meio de **CERTIDÃO SIMPLIFICADA ou documento equivalente, emitida pela Junta Comercial do Estado do domicílio fiscal de sua sede**, com data de emissão nunca superior a 60 (sessenta) dias da data marcada para abertura do certame, sob pena de não lhe serem aplicadas as regras estabelecidas para microempresas e empresas de pequeno porte, inclusive quanto à questão da regularidade fiscal, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.
- 7.11.3.1 - Na hipótese de não contratação nos termos previstos nos subitens anteriores, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.
- 7.12 Em seguida, o Pregoeiro examinará a aceitabilidade da primeira classificada, quanto ao objeto definido neste edital, decidindo motivadamente a respeito.
- 7.13 As Propostas que atenderem aos requisitos deste Edital serão examinadas quanto à existência de erros, os quais serão corrigidos pelo Pregoeiro da seguinte forma:
- 7.13.1 Discrepância entre valor grafado em algarismos e por extenso: prevalecerá o valor por extenso.
- 7.13.2 Erro de transcrição das quantidades previstas no edital: o resultado será corrigido, mantendo-se o preço unitário e corrigindo-se a quantidade e o preço total.
- 7.13.3 Erro de multiplicação do preço unitário pela quantidade correspondente será retificado, mantendo-se o preço unitário e a quantidade, corrigindo-se o produto.
- 7.13.4 Erro de adição: será retificado, considerando-se as parcelas corretas e retificando-se a soma.
- 7.14 Na hipótese de erro no preço cotado não será admitida retificação.



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE CAIANA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
CNPJ: 08.891.541/0001-69

- 7.15 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento do licitante, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão de sua proposta, durante a realização da sessão pública do Pregão.
- 7.16 Sendo aceitável a oferta, será verificado o atendimento das condições de habilitação do proponente;
- 7.17 Não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se o proponente desistente às penalidades constantes no item 19 do Edital.
- 7.18 Constatado o atendimento pleno das exigências edilícias, e não havendo manifestação acerca da intenção de interpor recursos, o(a) Pregoeiro(a) adjudicará o objeto do certame à(s) licitante(s) declarada(s) vencedora, sendo a adjudicação do objeto definida pelo MENOR PREÇO POR ITEM.
- 7.18.1 Havendo manifesta intenção de interpor recursos, deverão ser observadas as disposições constantes no item 9, deste Edital.
- 7.19 Se a oferta não for aceita ou se o proponente não atender as exigências do ato convocatório, o(a) pregoeiro examinará as ofertas subsequentes, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital, sendo o respectivo proponente declarado vencedor e a ele adjudicado o objeto do certame.
- 7.20 Na ocorrência do disposto no subitem anterior, o Pregoeiro poderá negociar diretamente com o proponente a obtenção de melhor preço.
- 7.21 Se todas as propostas forem desclassificadas ou todos os licitantes forem inabilitados, a administração poderá fixar aos licitantes o prazo de 08 (oito) dias úteis para apresentação de nova documentação ou outras propostas, escoimadas das causas que ocasionaram a inabilitação ou a desclassificações, em consonância com art. 48, § 3º, da Lei nº 8.666/93.
- 7.22 Da reunião lavrar-se-á ata circunstanciada, na qual serão registradas as ocorrências relevantes e que, ao final, será assinada pelo Pregoeiro, membros da equipe de apoio e representantes das licitantes presentes.
- 7.23 Verificando-se, no curso da análise, o descumprimento de requisitos estabelecidos neste edital, a proposta será desclassificada.
- 7.24 Em caso de divergência entre informações contidas em documentação impressa e na proposta específica, prevalecerão as da proposta.
- 7.25 Não se considerará para efeito de julgamento qualquer oferta ou vantagem não prevista no objeto deste edital e seus anexos.



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE CAIANA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
CNPJ: 08.891.541/0001-69

- 7.26 No caso de empate entre duas ou mais propostas o desempate se fará, obrigatoriamente, por sorteio.
- 7.27 Na fase de julgamento o Pregoeiro poderá promover quaisquer diligências julgadas necessárias à análise das propostas e da documentação, devendo os licitantes atender as solicitações no prazo por ele(a) estipulado, contado do recebimento da convocação. Nesse caso, a adjudicação somente ocorrerá após a conclusão da diligência promovida.
- 7.28 Caso exista algum fato que impeça a participação de algum licitante, ou o mesmo tenha sido declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, este será desclassificado do certame, sem prejuízo das sanções legais cabíveis.
- 7.29 Quando o(s) vencedor(es) não apresentar(em) situação regular no ato da assinatura do contrato, será(ão) convocado(s) outro(s) licitante(s), observada a ordem de classificação, para celebrar o contrato e, assim sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, observadas o disposto nos subitens 7.15 e 7.16.
- 7.30 Se a licitante vencedora se recusar, injustificadamente, em assinar o contrato e, conseqüentemente, não cumprir a obrigação assumida no certame, ser-lhe-á aplicada a regra estabelecida no subitem anterior.

8 DA APRESENTAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO – ENVELOPE “B”

- 8.1 O **envelope “B”** deverá conter os documentos a seguir relacionados:
- 8.1.1 Declaração expressa do responsável de que a mesma não está impedida de participar de licitações promovidas pelo Município de São José de Caiana, Estado da Paraíba; que não foi declarada inidônea para licitar e contratar com a administração pública e que está ciente da obrigação de declarar o fato superveniente, em cumprimento ao disposto no parágrafo 2º do art. 32 da Lei nº 8.666/93, conforme Modelo constante do anexo IV deste edital;
- 8.1.2 RELATIVA À HABILITAÇÃO JURÍDICA:
- a) Cédula de Identidade do representante legal da empresa
 - b) Ato Constitutivo: cópia autenticada do Estatuto ou Contrato Social, com a última alteração, consolidada e devidamente registrada ou outro ato constitutivo. Em caso de sociedade por ações, o ato constitutivo deve vir acompanhado do documento atualizado, inscrito no órgão competente, de sorte a comprovar a eleição e posse dos diretores;
 - c) Registro comercial, no caso de empresário unipessoal ou MEI;
 - d) Aplica-se apenas a alínea “a” a pessoas físicas.
- 8.1.3 RELATIVAMENTE À REGULARIDADE FISCAL



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE CAIANA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
CNPJ: 08.891.541/0001-69

- a) Prova de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) de acordo com a IN/SRF/200/02;
- b) Prova de regularidade para com a Fazenda Federal (certidão de quitação de tributos federais, expedida pela Secretaria da Receita Federal e certidão negativa da dívida ativa da União, expedida pela Procuradora da Fazenda Nacional);
- c) Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual (certidão negativa de débitos estaduais);
- d) Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal (certidão negativa de débito municipal);
- e) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS: certidão de regularidade do FGTS – CRF, emitida pela Caixa Econômica Federal;
- f) Cópia de Certificado de conclusão do curso superior em nome do profissional cotado para os serviços conforme Termo de Referência (ANEXO I);
- g) Não se aplicam a pessoas físicas as alíneas “a” e “e”

8.1.4 EM RELAÇÃO À CAPACIDADE TÉCNICA

- a) Comprovação de que a licitante já prestou ou presta serviços de natureza semelhante ao indicado no Anexo I deste Edital, sem restrição. A comprovação deverá ser feita por meio de declaração ou certidão (apresentado em papel timbrado da declarante/certificante, regularmente identificada a assinatura, com firma reconhecida), declarando/certificando que adquiriu da proponente serviços compatíveis com o objeto desta licitação.
 - a.1 No caso de atestado emitido por empresa de iniciativa privada, não será considerado aquele emitido por empresa pertencente ao mesmo grupo empresarial da empresa proponente;
 - a.1.1 Será considerada como pertencente ao mesmo grupo empresarial da proponente, empresa controlada ou controladora, ou que tenha em sua composição societária pelo menos uma mesma pessoa física ou jurídica.

8.2 Será inabilitada a licitante que apresente certidões ou documentos fora dos prazos de validade, salvo se tiver em seu poder ou esteja dentro do envelope de habilitação documento correspondente e atualizado, caso em que será feita a atualização do Cadastro.

8.3 A documentação deverá:



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE CAIANA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
CNPJ: 08.891.541/0001-69

- 8.3.1 Estar em nome da licitante;
- 8.3.2 Estar dentro do prazo de validade estabelecido pelo órgão expedidor competente. Caso omissis esse prazo, a Pregoeira considerará a validade correspondente a 60 (sessenta) dias anteriores à data de recebimento dos envelopes;
- 8.3.3 Referir-se a apenas uma das filiais ou apenas à matriz, exceto para os casos expressos de recolhimento centralizado;
- 8.4 As licitantes que deixarem de apresentar quaisquer documentos exigidos para a habilitação na presente licitação, ou os apresentarem em desacordo com o estabelecido neste edital ou com irregularidades, serão inabilitadas, não se admitindo complementação posterior.
- 8.5 Os envelopes com os documentos relativos à habilitação das licitantes não declaradas vencedoras permanecerão em poder da Pregoeira lacrados, até que seja formalizada a assinatura da ata pela(s) licitante(s) vencedora(s). Após este ato, ficarão por 20 (vinte) dias correntes à disposição das licitantes interessadas, findo o qual, serão destruídos, se não retirados a tempo.
- 8.6 **DA HABILITAÇÃO DE MICRO EMPRESÁRIO INDIVIDUAL, MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE, NOS TERMOS DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123, DE 14/12/2006**
- 8.6.1 A comprovação de regularidade fiscal das MEI, microempresas e empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de assinatura do contrato.
- 8.6.2 No entanto, MEI, microempresas ou empresas de pequeno porte, por ocasião da participação no certame, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, ainda que esta apresente alguma restrição.
- 8.6.3 Havendo restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 02 (dois) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor, prorrogável por igual período, a critério da Administração, para a regularização da documentação.
- 8.6.4 A não regularização da documentação no prazo previsto no subitem anterior implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 81 da Lei nº 8.666, de 21/06/1993, e no art. 7º da Lei nº 10.520, de 17/07/2002, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou, se for o caso, revogar a licitação.

9 DA ADJUDICAÇÃO



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE CAIANA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
CNPJ: 08.891.541/0001-69

- 9.1 Caso não haja manifesta intenção de interpor recurso por parte das demais licitantes, a adjudicação em favor da licitante vencedora será feita pela Pregoeira, ao final da sessão, com registro em ata, ou posteriormente, caso seja necessária análise mais detalhada das propostas ou documentos.
- 9.2 Se houver interposição de recurso administrativo contra decisão da Pregoeira, o item atacado pelo recurso será, posteriormente, adjudicado pela autoridade competente para julgar o recurso.

10 DOS RECURSOS

- 10.1 Declarado o(s) vencedor(es) do presente PREGÃO, qualquer licitante poderá manifestar, imediata e motivadamente, a intenção de recorrer, desde que consigne em ata a síntese dos motivos de sua irresignação, sendo-lhe, assim, concedido o prazo de 05 (cinco) dias úteis para apresentação das razões de recurso, por escrito, podendo juntar memoriais; facultar-se-á aos demais licitantes a oportunidade de apresentarem contrarrazões em igual prazo, que fluirá a partir do término do prazo do recorrente, assegurada a todos “vista” dos autos no recinto da CPL.
- 10.2 A falta de manifestação imediata e motivada do licitante para interpor recurso, ao final da sessão do Pregão, importará a decadência do direito recursal e a imediata adjudicação do objeto da licitação.
- 10.3 O acolhimento do recurso importará a invalidação, apenas, dos atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 10.4 A decisão em grau de recurso será definitiva e dela dar-se-á conhecimento aos interessados, através de publicação no órgão oficial de imprensa oficial do Município.

11 DA HOMOLOGAÇÃO

- 11.1 Homologada a licitação pela autoridade competente, o adjudicatário será convocado para assinar o contrato, mediante comunicação escrita.

12 DA DESPESA

- 12.1 As despesas decorrentes da execução do contrato correrão à conta dos recursos orçamentários oriundos do Orçamento de 2020.

13 DOS SERVIÇOS

- 13.1 A prestação do serviço terá início, após a assinatura do termo de contrato, obedecendo ao calendário elaborado pela Secretaria Municipal de Saúde de São José de Caiana.

14 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 14.1 A Contratada obriga-se a diligenciar para que o contrato oriundo desta licitação seja cumprido da melhor forma possível, de acordo com os seus objetivos e finalidades especificadas e em conformidade com as normas legais pertinentes.



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE CAIANA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
CNPJ: 08.891.541/0001-69

- 14.2 A inobservância de qualquer das obrigações acima relacionadas será motivo de rescisão contratual, tendo como consequência a aplicação de multa e das sanções previstas na Lei Federal nº 8.666/93.
- 14.3 A Contratada obriga-se a cumprir rigorosamente o prazo de execução do presente instrumento sob pena de multa e rescisão contratual por inexecução total ou parcial.
- 14.4 A Contratada obriga-se a substituir o profissional em casos excepcionais, que venham a prejudicar o atendimento municipal.
- 14.5 Obriga-se, ainda, a seguir as orientações emanadas do Setor competente da Prefeitura e a comparecer às reuniões, quando solicitada.

15 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 15.1 Efetuar o pagamento na forma convencionada no presente instrumento, dentro do prazo previsto, desde que atendidas às formalidades pactuadas.
- 15.2 Notificar à Contratada, imediatamente, sobre as faltas e defeitos observados na execução do especificado neste Contrato.
- 15.3 Atestar as Faturas/Notas Fiscais.
- 15.4 Manifestar-se formalmente em todos os atos relativos à execução do contrato, em especial, aplicação de sanções e alterações do mesmo.
- 15.5 Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA.
- 15.6 Indicar o responsável pela gestão do contrato, a quem competirá a fiscalização dos serviços, a qualquer instante, solicitando da CONTRATADA, sempre que necessário, informações relacionadas com a execução do objeto contratado.

16 DO FATURAMENTO E DO PAGAMENTO

- 17.1 O pagamento poderá ser efetuado até o décimo dia útil do mês subsequente, a contar do recebimento da correspondente Nota Fiscal e do atestado relativo à prestação do serviço.
- 17.2 O valor correspondente ao pagamento da fatura será depositado em Conta Corrente da CONTRATADA, por meio de depósito ou ordem bancária ou, por opção da mesma, mediante cheque, diretamente na Tesouraria da Prefeitura Municipal.
- 17.3 Não será efetuado qualquer pagamento à CONTRATADA enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira, em virtude de sanção ou inadimplência contratual.



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE CAIANA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
CNPJ: 08.891.541/0001-69

17 O PREÇO E DO CRITÉRIO DE AJUSTE

- 18.1 O preço proposto será de exclusiva responsabilidade da licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou a qualquer outro pretexto.
- 18.2 Os preços serão fixos e irrevogáveis durante a vigência do contrato.
- 18.3 Só poderão ser revisados na hipótese de caso fortuito, força maior, devidamente justificada e comprovada, a juízo da Administração.

18 DAS PENALIDADES

- 19.1 Ao licitante que retardar a execução do certame, não mantiver a proposta, não prestar o serviço de acordo com o edital, ou falhar ou fraudar a execução do contrato, prestar informações inverídicas, aplicar-se-ão as sanções adiante especificadas, garantindo-se o prévio direito de ampla defesa:
- 19.1.1 Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de até 05 (cinco) anos ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade;
- 19.1.2 Advertência;
- 19.1.3 Multa de 2% (dois por cento) sobre o valor do contrato por infração de qualquer cláusula, que será dobrada em caso de reincidência.
- 19.2 A recusa injustificada da empresa adjudicatária em assinar o Contrato no prazo de 03 (três) dias úteis, após a convocação oficial, caracteriza descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-se às sanções previstas no item anterior.
- 19.3 As sanções administrativas previstas somente poderão ser relevadas na hipótese de caso fortuito, força maior, devidamente justificada e comprovada, a critério da Administração.

19 DOS ACRÉSCIMOS OU SUPRESSÕES

- 20.1 A CONTRATADA obriga-se a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, no montante de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor do Contrato, em conformidade com a previsão do § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93, observando-se o disposto no parágrafo 2º e seguintes do referido artigo.

20 DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- 21.1 A participação nesta licitação implica em plena aceitação dos termos e condições deste edital (e anexos), bem como das normas administrativas vigentes.



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE CAIANA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
CNPJ: 08.891.541/0001-69

- 21.2 Não será admitida a transferência a terceiros das obrigações assumidas por força desta licitação.
- 21.3 O município de São José de Caiana, reserva-se o direito de revogar, total ou parcialmente, a presente licitação, tendo em vista o interesse público, ou ainda anulá-la por ilegalidade, de ofício ou mediante provocação de terceiros, não cabendo às licitantes o direito a quaisquer indenizações, ressalvadas as hipóteses previstas em lei.
- 21.4 Os interessados em adquirir ou obter esclarecimentos sobre este edital serão atendidos pela Pregoeira ou Equipe de Apoio no horário das 08h00min às 11h00min, no prédio sede da Prefeitura, sala da CPL, no endereço descrito no preâmbulo.
- 21.5 Os casos omissos neste instrumento convocatório serão resolvidos pela Pregoeira, de acordo com o que determina a Lei Federal nº 10.520/2002, a Lei Complementar nº 123/06, e, subsidiariamente, a Lei nº 8.666/93 e suas alterações.
- 21.6 Na hipótese de não haver expediente, por motivo superior ou inesperado, na data prevista para recebimento e abertura dos envelopes, a reunião inaugural ficará transferida para o primeiro dia útil subsequente de funcionamento normal da Prefeitura Municipal, nas mesmas condições já estabelecidas acima.
- 21.7 Questões irrelevantes, do ponto de vista estritamente formal, quanto ao credenciamento, quanto às propostas de preços ou a documentação, serão sanáveis por decisão do(a) Pregoeiro(a) e de sua Equipe de Apoio.

São José de Caiana-PB, 12 de maio de 2020.

LUCIA GERLANIA DA SILVA SANTOS
Pregoeira Oficial



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE CAIANA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
CNPJ: 08.891.541/0001-69

ANEXO I

PREGÃO PRESENCIAL Nº 010/2020

TERMO DE REFERÊNCIA

1 – Introdução e Base Legal

1.1 A elaboração deste Termo de Referência está de acordo com o estabelecido pela Lei nº 10.520 de 17.07.2002.

2 – Do Objeto

2.1 SERVIÇOS DE ASSESSORIA E CONSULTORIA NA IMPLANTAÇÃO DO PRONTUÁRIO ELETRÔNICO DO CIDADÃO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DE CAIANA-PB.

3 – Estimativas

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE
01	Implantação, gerenciamento e manutenção do prontuário eletrônico do cidadão, e-SUS AB PEC, com manutenção preventiva, corretiva e correlata dos equipamentos que utilizam o e-SUS AB PEC (computadores, tablets e impressoras) com fornecimento de peças quando necessário; Disponibilização e manutenção de Servidor on-line(servidor único para software e banco de dados dedicado ao sistema com memória RAM de 8GB, barramento DDR4 de no mínimo, 1600MHz; Processador Quad Core de 2,20 GHz e pontuação mínima de 2500 pontos no PassMark/CPUBenchmark(http://www.cpubenchmark.net/ ; espaço de armazenamento em disco com velocidade de escrita mínima 80 MB/segundo e velocidade de leitura mínima de 350 MB/segundo); Treinamento dos profissionais com a estratégia e-SUS AB nos perfis(administração geral do e-SUS AB PEC, gestores municipais de saúde, recepcionistas, médicos, enfermeiros, técnico de enfermagem, odontólogos, auxiliares de consultório dentário, agentes comunitários de saúde da APS), como também licença de software para utilização dos Agentes Comunitários de saúde, sendo preferencialmente o fornecido pelo Ministério da Saúde e/ou um sistema que seja disponibilizado por terceiros com disponibilização de georreferenciamento, que também apresente filtro no painel de administração como exemplo (quantidades de diabéticos); Suporte presencial e remoto; Para as Unidades Básicas de Saúde; Qualificação dos cadastrados pela eliminação das inconsistências encontradas e entregues aos profissionais de saúde APS; Realização da unificação de prontuários duplicados; e Treinamento sobre o registro de dados para indicadores estabelecidos na APS. Como também acompanhamento e gerenciamento dos sistemas da atenção primaria(CNES, SIA, BPA, FPO e DIGSUS).	Mês	6



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE CAIANA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
CNPJ: 08.891.541/0001-69

3.1 As quantidades aqui estipuladas são apenas uma estimativa, não podendo ser exigida, nem considerada, como valor para pagamento mínimo. Tal estimativa poderá sofrer acréscimos ou supressões sem que isso justifique motivo para qualquer indenização ao adjudicatário.

4 – Das Obrigações da Contratada

4.1 A Contratada deverá fornecer os serviços, objeto desta licitação, de acordo com as cláusulas contratuais, as especificações e recomendações do Pregão Presencial nº 010/2020, de acordo com as necessidades do Contratante, até que seja atingida a quantidade total adquirida, em atendimento às requisições escritas expedidas pela Secretaria de Saúde do município de São José de Caiana-PB.

4.2 Vencendo-se a Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e a Dívida Ativa da União e o Certificado de Regularidade de Situação junto ao FGTS - CRF expedido pela CEF, a CONTRATADA deverá anexar à Nota Fiscal as cópias devidamente atualizadas.

4.3 A contratada deverá pôr no corpo da Nota Fiscal, o número do processo ao qual a mercadoria se refere.

4.4 Em tudo agir, segundo as diretrizes do Contratante.

5 – Validade da Proposta

5.1 A validade da proposta deverá ser de no mínimo 60 dias.

6 – Forma de Pagamento

6.1 O pagamento será efetuado em até o 10 (décimo) dia útil do mês seguinte à prestação dos serviços e o respectivo atestado na correspondente Nota Fiscal.

7 – Critérios para Decisão da Proposta Vencedora

7.1 O critério para decisão da proposta vencedora será o de *menor preço por item*.

8 – Reajustes dos Preços

8.1 Os preços dos serviços serão irremovíveis durante a vigência do contrato.

9 – Fiscalização do Contrato

9.1 A execução do contrato será objeto de acompanhamento, controle, fiscalização e avaliação por representante da Administração, com atribuições específicas, devidamente designadas pelo Contratante e deverá ser exercida conforme Cláusula Décima, da minuta do contrato em anexo.



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE CAIANA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
CNPJ: 08.891.541/0001-69

São José de Caiana-PB, 12 de maio de 2020.

LUCIA GERLANIA DA SILVA SANTOS
Pregoeira Oficial



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE CAIANA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
CNPJ: 08.891.541/0001-69

ANEXO II

MINUTA DE CONTRATO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 010/2020
TERMO DE CONTRATO Nº _____/2020

CONTRATO DE COMPRAS E SERVIÇOS, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DE CAIANA - ESTADO DA PARAÍBA E _____ (ou a FIRMA INDIVIDUAL, MEI, ME ou EPP), NA FORMA A SEGUIR EXPRESSA.

O **MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DE CAIANA**, pessoa jurídica de direito público interno, sediado na Rua Dos Poderes, nº sn - Centro, São José de Caiana, Estado da Paraíba, inscrita no Cadastro Geral do Contribuinte do Ministério da Fazenda (CNPJ/MF) sob o nº, representado neste ato pelo prefeito constitucional doravante denominada **CONTRATANTE**, e a pessoa física/sociedade empresária..... (ou a Firma Individual. MEI, ME ou EPP) inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ/MF sob o nº., com sede na Rua, nº, Bairro – na Cidade de, por seu representante legal,, RG nº e CPF n/, doravante denominada de **CONTRATADA**, resolvem celebrar o presente contrato, a ser executado na forma de execução indireta, mediante as cláusulas e condições a seguir, o que fazem de acordo com o PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 023/2020, na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL sob nº 010/2020, nos termos e condições adiante pactuados.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO - A **CONTRATADA** obriga-se a prestar os **SERVIÇOS DE ACESSORIA E CONSULTORIA NA IMPLANTAÇÃO DO PRONTUÁRIO ELETRÔNICO DO CIDADÃO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DE CAIANA-PB**, o que fará em conformidade com o Termo de Referência e da Proposta de Preços vinculadas ao Pregão acima especificado, os quais são parte integrante e indissociável deste instrumento de contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL E DO REGIME DE EXECUÇÃO-
Este contrato reger-se-á pelas disposições da Lei Federal nº 10.520/2002, subsidiária a lei 8.666/1993 e nas demais disposições normativas de regência.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO –

Dá-se a este contrato o valor mensal de R\$ _____(_____), perfazendo um valor global de R\$ _____(_____). O pagamento será efetuado até o dia dez de cada mês subsequente a prestação dos serviços, sendo estes atestados por nota fiscal de serviços.



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE CAIANA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
CNPJ: 08.891.541/0001-69

CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO - O prazo de vigência deste Contrato será restrito ao exercício de 2020, a partir da respectiva assinatura e publicação, podendo ser prorrogado por igual período, mediante aditivo, por acordo entre as partes, na conformidade do Art. 57, parágrafo 2º, c/c os Art. 55, inciso IV, e 65, inciso II, todos da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA QUINTA - DOS RECURSOS – O pagamento das despesas decorrente da execução deste contrato correrá à conta dos Recursos Orçamentários próprios da Prefeitura Municipal de São José de Caiana:

Unidade Orçamentária	02050 – Secretaria de Saúde
Programa	10 301 1003 1031 – Manutenção das Atividades da Secretaria de Saúde.
Elemento de Despesa	3390.39 – Outros Serviços de terceiro – Pessoa Jurídica

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES – Constituem obrigações da CONTRATADA:

- a) observar, rigorosamente, as especificações da prestação do serviço pactuado, conforme pontuadas pelo contratante no Termo de Referência, respondendo pelas especificações apresentadas;
- b) repassar, corrigir, remover, responder judicialmente, substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios defeitos ou problemas relacionados com a execução deste (Art. 69, da lei nº 8.666/93).
- c) responder pelas consequências decorrentes da inexecução do contrato;
- d) aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que o CONTRATANTE determinar, na execução do contrato, em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor originário (Art. 65, parágrafo 1º, da Lei nº 8.666/93);
- e) todas as demais obrigações previstas para a contratada, nos termos do edital referente ao Pregão nº 010/2020, do qual se originou este contrato;

CLÁUSULA SÉTIMA - Da responsabilidade do CONTRATANTE - O CONTRATANTE obriga-se a:

- a) efetuar os pagamentos do Serviço, na forma estabelecida na Clausula Terceira;
- b) expedir termo circunstanciado ou recibo, ao receber o objeto do contrato (Art. 73, inciso I, alínea “b”, c/c o Art. 74, parágrafo único, da Lei nº 8.666/93);
- c) todas as demais obrigações previstas no instrumento convocatório, relativo ao Pregão nº 014/2019, que deu origem a este contrato;

CLÁUSULA OITAVA - DAS PENALIDADES - O descumprimento total ou parcial, de qualquer das obrigações ora estabelecidas, sujeitará a contratada às seguintes penalidades, com a garantia prévia e de ampla defesa em processo administrativo:

- a) advertência por escrito;



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE CAIANA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
CNPJ: 08.891.541/0001-69

b) multa de 2% (dois por cento) sobre o valor do contratual, nos casos de descumprimento de quaisquer das cláusulas aqui avençadas, ou na ocorrência das hipóteses que importem a aplicação da sanção, nos termos do edital do certame a que se vincula este contrato.

c) impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de até 5 (cinco) anos;

d) declaração de inidoneidade para contratar com a administração pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a sua reabilitação.

PARÁGRAFO ÚNICO - A multa prevista nesta cláusula não tem caráter compensatório e o seu pagamento não eximirá a contratada da responsabilidade de perdas e danos decorrentes das infrações cometidas (Art. 87, incisos I, II e IV, c/c o Art. 58, inciso IV, da Lei nº 8.666/93).

CLÁUSULA NONA - DA RECISÃO – O CONTRATANTE poderá rescindir administrativamente o presente contrato nas hipóteses previstas no Art. 78, incisos I a XII e XVII, da Lei nº 8.666/93, sem que caiba à CONTRATADA direito a qualquer indenização, e sem prejuízo das penalidades pertinentes, assegurado o contraditório e a ampla defesa (parágrafo único do art. 78, da Lei nº 8.666/93).

CLÁUSULA DÉCIMA - DA PUBLICAÇÃO DO CONTRATO – No prazo de até 5 dias úteis a contar da celebração deste contrato, a Administração contratante providenciar-lhe-á a publicação, por extrato, no Órgão Oficial de Imprensa do Município, (Art. 61, § 1º, da Lei nº 8.666/93).

CLAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DOS TRIBUTOS E CUSTOS OPERACIONAIS - Constituirá encargo exclusivo da CONTRATADA o pagamento dos tributos, tarifas, emolumentos e despesas decorrentes da formalização deste contrato e da execução de seu objeto (Art. 71, *caput*, da Lei nº 8.666/93).

CLAUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA FISCALIZAÇÃO - Cabe ao CONTRATANTE, a seu exclusivo critério, exercer ampla, irrestrita e permanente fiscalização de todas as fases de execução deste contrato (Art. 67, da Lei nº 8.666/93).

CLAUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO - O foro da cidade de Itaporanga é o competente para dirimir todas as questões oriundas deste Contrato.

E, para firmeza e validade do que acima ficou acertado e pactuado, firmam as partes o presente instrumento, em 02 (duas) vias de igual teor, o qual também vai assinado pelas testemunhas a seguir identificadas.



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE CAIANA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
CNPJ: 08.891.541/0001-69

São José de Caiana (PB), de de 2020.

.....
JOSÉ LEITE SOBRINHO

Prefeito
CONTRATANTE

.....
CONTRATADA

VANDERLY PINTO SANTANA
OAB/PB 12.207
PROCURADOR GERAL DO MUNICÍPIO

TESTEMUNHAS:

1ª

NOME:

CPF:

2ª

NOME

CPF:



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE CAIANA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
CNPJ: 08.891.541/0001-69

ANEXO III
MODELO DA PROPOSTA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 010/2020

Os dados da empresa:

Razão Social: _____

CNPJ (MF) nº: _____

Inscrição Estadual nº: _____

Endereço: _____

Fone: _____ Fax: _____

Cep: _____ Cidade: _____ UF: _____

Banco: _____ Agência nº: _____ C/C nº: _____

Em atendimento ao solicitado no Edital do **PREGÃO PRESENCIAL Nº 010/2020** informamos a seguir o nosso preço para contratação de empresa para consultoria e assessoria pública, destinado ao município de São José de Caiana, conforme especificações constantes no Termo de Referência – Anexo I deste Edital.

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QTD.	VR. UNIT.	VR. TOTAL

Valor Total: R\$ _____ (_____)

Validade da Proposta: _____

Cidade-UF, _____ de _____ de _____.

Carimbo (ou nome legível) e assinatura do responsável legal



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE CAIANA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
CNPJ: 08.891.541/0001-69

ANEXO IV
MODELO DE CARTA DE CREDENCIAMENTO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 010/2020

(usar papel timbrado da empresa)

CARTA DE CREDENCIAMENTO

Local e data

A Senhora
Pregoeira Oficial da Prefeitura Municipal
São José de Caiana-PB

Senhora Pregoeira,

Pela presente, designamos o(a) Sr.(a) _____ portador(a) da Carteira de Identidade nº _____, expedida pela SSP do Estado de(a) _____, para os representar no processo licitatório relativo ao PREGÃO PRESENCIAL Nº ____/2020, podendo o(a) mesmo(a) formular lances verbais à proposta escrita apresentada, quando convocado, negociar preço e, ainda, rubricar documentos, renunciar o direito de recurso e apresentar impugnação à recursos, assinar atas, recorrer de decisões administrativas, enfim, praticar todos os atos inerentes à referida licitação.

Atenciosamente,

Identificação e assinatura do outorgante

Anexo IV



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE CAIANA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
CNPJ: 08.891.541/0001-69

MODELO DE DECLARAÇÕES

PREGÃO PRESENCIAL Nº 010/2020

1) Item 4.4, letra D

(usar papel timbrado ou personalizado da empresa)

DECLARAÇÃO PARA MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

A empresa _____, inscrita no CNPJ nº _____, para fins de participação no Processo Licitatório Modalidade **Pregão Presencial nº ____/2020**, por intermédio de seu representante legal, o (a) Sr.(a). _____, portador (a) da Carteira de Identidade nº _____ (órgão expedidor: _____ e do CPF nº _____, DECLARA, para fins legais, ser microempresa / Empresa de pequeno porte, nos termos da legislação vigente.

(local e data) _____, ____ de _____ de _____

(representante legal, assinatura)

2) item 5.1.1

(usar papel timbrado ou personalizado da empresa)

DECLARAÇÃO DE REGULARIDADE para habilitação previsto no Art. 4º, Inciso VII, da Lei 10.520/02

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, sediada _____, declara, sob as penas da lei, que cumpre plenamente os requisitos para sua habilitação no processo licitatório PREGÃO PRESENCIAL Nº ____/2020.

(local e data) _____, ____ de _____ de _____

(representante legal, assinatura)



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE CAIANA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
CNPJ: 08.891.541/0001-69

3) Item 5.1.2

(usar papel timbrado ou personalizado da empresa)

DECLARAÇÃO de cumprimento do disposto no Art. 7º, Inciso XXXIII, da CF - Art. 27, Inciso V, da Lei 8.666/93

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, sediada _____, declara, sob penas da Lei e em acatamento ao disposto no Art. 7º inciso XXXIII da Constituição Federal, Lei 9.854, de 27 de outubro de 1999, declara não possuir em seu quadro de pessoal, funcionários menores de dezoito anos em trabalho noturno, insalubre ou perigoso e nem menores de dezesseis anos, em qualquer trabalho; podendo existir menores de quatorze anos na condição de aprendiz na forma da legislação vigente.

(local e data) _____, _____ de _____ de _____

(representante legal, assinatura)

4) Item 5.1.2

(usar papel timbrado ou personalizado da empresa)

DECLARAÇÃO de superveniência de fato impeditivo no que diz respeito a participação na licitação

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, sediada _____, declara, sob as penas da lei, que não está impedida de participar de licitações promovidas pela Prefeitura Municipal de São José de Caiana, Estado da Paraíba e nem foi declarada inidônea para licitar, inexistindo até a presente data fatos impeditivos para sua habilitação no processo licitatório PREGÃO PRESENCIAL Nº ____/2020, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores. Ressalta, ainda, não estar sofrendo penalidade de declaração de idoneidade no âmbito da administração Federal, Estadual, Municipal ou do Distrito Federal, arcando civil e criminalmente pela presente afirmação.

(local e data) _____, _____ de _____ de _____

(representante legal, assinatura)



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE CAIANA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
CNPJ: 08.891.541/0001-69

5) Item 5.1.2

DECLARAÇÃO de submeter-se a todas as cláusulas e condições do correspondente instrumento convocatório

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, sediada _____, declara ter conhecimento e aceita todas as cláusulas do respectivo instrumento convocatório e submeter-se às condições nele estipuladas.

(local e data) _____, _____ de _____ de _____

(representante legal, assinatura)

DENT SERVICO DE PROTESE DENTARIA LTDA - ME - R\$ 88.800,00.

Jericó - PB, 20 de Abril de 2020

CLAUDEEIDE DE OLIVEIRA MELO
Prefeito

PREFEITURA MUNICIPAL DE JERICÓ

HOMOLOGAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 00007/2020

Nos termos do relatório final apresentado pelo Pregoeiro Oficial e observado parecer da Assessoria Jurídica, referente ao Pregão Presencial nº 00007/2020, que objetiva: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA OU PROFISSIONAL AUTÔNOMO PARA A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS MECÂNICOS NA FROTA DE VEÍCULOS E MÁQUINAS PESADAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JERICÓ/PB, CONFORME NECESSIDADE DE DEMANDA; HOMOLOGO o correspondente procedimento licitatório em favor de: ALEICHO GOMES DE ALENCAR NETO - EIRELI - ME - R\$ 232.750,00.

Jericó - PB, 09 de Março de 2020

CLAUDEEIDE DE OLIVEIRA MELO
Prefeito

PREFEITURA MUNICIPAL DE JERICÓ

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 00015/2020

Torna público que fará realizar através do Pregoeiro Oficial e Equipe de Apoio, sediada na Praça Frei Damião, S/N - Centro - Jericó - PB, às 09:00 horas do dia 25 de Maio de 2020, licitação modalidade Pregão Presencial, do tipo menor preço, para: Contratação de empresa especializada para o fornecimentos parcelado de medicamentos da Farmácia Básica, para atender a demanda da secretaria municipal de Saúde de Jericó/PB. Recursos: previstos no orçamento vigente. Fundamento legal: Lei Federal nº 10.520/02 e subsidiariamente a Lei Federal nº 8.666/93; Lei Complementar nº 123/06; Decreto Municipal nº 02/11; e legislação pertinente, consideradas as alterações posteriores das referidas normas. Informações: no horário das 07:30 as 11:30 e das 13:30 as 17:00 horas dos dias úteis, no endereço supracitado. Telefone: (083) 34351089. E-mail: licitajerico@yahoo.com.br. Edital: www.jerico.pb.gov.br ou www.tce.pb.gov.br.

Jericó - PB, 12 de Maio de 2020

FRANCISCO AUDAIRES FRANKLIN DE OLIVEIRA
Pregoeiro Oficial

EXTRATOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE JERICÓ

EXTRATO DE CONTRATO

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA OU PROFISSIONAL AUTÔNOMO PARA A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS MECÂNICOS NA FROTA DE VEÍCULOS E MÁQUINAS PESADAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JERICÓ/PB, CONFORME NECESSIDADE DE DEMANDA. FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Presencial nº 00007/2020. DOTAÇÃO: 02.050 Secretaria municipal de agricultura 20.608.0007.2141 Manutenção da secretaria municipal de agricultura 02.060 Secretaria municipal de educação cultura e esporte 12.361.0008.2149 Manutenção do ensino fundamental FUNDEB 40% 12.361.0008.2157 Manutenção do ensino médio 12.364.0008.2159 Manutenção do transporte escolar do ensino superior 12.368.0008.2162 Manutenção das atividades da secretaria municipal de educação 02.065 Secretaria municipal de saúde 10.301.0015.2143 Manutenção da secretaria de saúde 02.070 Fundo municipal de saúde 10.301.0015.2137 Custeio das ações e serviços públicos da saúde da atenção básica 10.302.0015.2138 Custeio das ações e serviços públicos de saúde da tenção de média e alta complexidade, ambulatorial e hospitalar 02.080 Fundo municipal da assistência social 08.244.0018.2054 Programa primeira infancia do SUAS - Programa criança feliz Elemento de despesa 33.90.39.99 Outros serviços de terceiros pessoa juridica.. VIGÊNCIA: até o final do exercício financeiro de 2020. PARTES CONTRATANTES: Prefeitura Municipal de Jericó e: CT Nº 00013/2020 - 12.03.20 - ALEICHO GOMES DE ALENCAR NETO - EIRELI - ME - R\$ 232.750,00.

EXTRATO DE CONTRATO

OBJETO: Contratação de serviços de Laboratório de Próteses Dentárias para confecção de próteses parcelada, conforme demanda de acordo com a Portaria 680 de 24 de Abril de 2013, Ministério da Saúde que estabelece recursos do Bloco de Alta e Média Complexidade. FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Presencial nº 00012/2020. DOTAÇÃO: As despesas decorrentes do objeto da presente licitação, correrão por conta da seguinte dotação: Recursos: 10.302.0015.2133 - Custeio das Ações e Serviços Público de Saúde Básica, conforme Portaria 680 de 24 de Abril de 2013, Ministério da Saúde - Elemento de Despesa: 33.90.39.00 - Outros serviços de terceiros pessoa jurídica.. VIGÊNCIA: até 23/04/2021. PARTES CONTRATANTES: Prefeitura Municipal de Jericó e: CT Nº 00018/2020 - 23.04.20 - CENTER DENT SERVICO DE PROTESE DENTARIA LTDA - ME - R\$ 88.800,00.

Prefeitura Municipal de Itabaiana

LICITAÇÕES

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITABAIANA

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 00013/2020

Torna público que fará realizar através do Pregoeiro Oficial e Equipe de Apoio, sediada na Presidente Epitácio Pessoa, 422/430 - Centro - Itabaiana - PB, às 08:30 horas do dia 22 de Maio de 2020, licitação modalidade Pregão Presencial, do tipo menor preço, para: Contratação de Empresa para Fornecimento

de Pneus, Câmara de ar e Protetor de pneus, para atender à Frota de veículos e maquinas pertencentes Prefeitura de Itabaiana PB e Secretarias Municipais. Recursos: previstos no orçamento vigente. Fundamento legal: Lei Federal nº 10.520/02 e Lei Federal nº. 10.520/2002. Informações: no horário das 08:00 as 13:00 horas dos dias úteis, nos Telefones: (83) 98850-5023 / 99992-8506. Edital: www.itabaiana.pb.gov.br ou www.tce.pb.gov.br.

Itabaiana - PB, 11 de Maio de 2020.

RODRIGO MARTINS CAMBOIM DA CAMARA
Pregoeiro Oficial

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITABAIANA

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 00014/2020

Torna público que fará realizar através do Pregoeiro Oficial e Equipe de Apoio, sediada na Presidente Epitácio Pessoa, 422/430 - Centro - Itabaiana - PB, às 11:00 horas do dia 22 de Maio de 2020, licitação modalidade Pregão Presencial, do tipo menor preço, para: Contratação de empresa especializada visando o fornecimento parcelado de material de construção (diversos) conforme demanda, para atender a manutenção das diversas secretarias da Prefeitura Municipal. Recursos: previstos no orçamento vigente. Fundamento legal: Lei Federal nº 10.520/02 e Lei Federal nº. 10.520/2002. Informações: no horário das 08:00 as 13:00 horas dos dias úteis, nos Telefones: (83) 98850-5023 / 99992-8506. Edital: www.itabaiana.pb.gov.br ou www.tce.pb.gov.br.

Itabaiana - PB, 11 de Maio de 2020.

RODRIGO MARTINS CAMBOIM DA CAMARA
Pregoeiro Oficial

Prefeitura Municipal de São Bento

LICITAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENTO

RETIFICAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS Nº 00002/2020

ERRATA DE EXTRATO DE CONTRATO: publicado no DOE nº 17.095, dia 14/04/2020, pag. 61, coluna 2, onde se lê: CT Nº 00045/2020. Leia-se: CT Nº 00055/2020. As demais informações permanecem inalteradas. Informações: no horário das 07:00 Às 13:00 horas dos dias úteis, no endereço supracitado. Telefone: (083) 3444-2223. E-mail: pmsblicita@gmail.com. Edital: www.saobento.pb.gov.br ou www.tce.pb.gov.br.A

Prefeitura Municipal de Cuité

LICITAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUITÉ

RATIFICAÇÃO E ADJUDICAÇÃO
INEXIGIBILIDADE Nº IN00001/2020

Nos termos dos elementos constantes da respectiva Exposição de Motivos que instrui o processo e observado o parecer da Assessoria Jurídica, referente a Inexigibilidade de Licitação nº IN00001/2020, que objetiva: CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAL DE NOTÓRIA ESPECIALIZAÇÃO PARA OS SERVIÇOS JURÍDICOS QUAIS SEJAM, ANÁLISE DE PROJETOS DE LEI ELABORAÇÃO DE PARECERES JURÍDICOS ADMINISTRATIVOS E RELATÓRIOS TÉCNICOS JURÍDICOS ADMINISTRATIVO, CONSULTORIA JURÍDICA E ACOMPANHAMENTO DAS PRESTAÇÕES DE CONTAS ANUAIS E DENÚNCIAS INCLUINDO ELABORAÇÃO DE DEFESA, JUNTO AO TRIBUNAL DE CONTAS DA PARAÍBA; RATIFICO o correspondente procedimento e ADJUDICO o seu objeto a: MARIZ ADVOGADOS ASSOCIADOS – CNPJ 27.175.489/0001-99 R\$ 42.000,00.

Cuité - PB, 12 de Maio de 2020

CHARLES CRISTIANO INÁCIO DA SILVA
Prefeito

Prefeitura Municipal de São José de Caiana

LICITAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE CAIANA

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 010/2020

A PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE CAIANA-PB, através de sua Pregoeira, designado pela Portaria nº 022/2018, publica para conhecimento dos interessados que, nos termos da Lei nº 10.520/02 e alterações, Lei Complementar nº 123/06, e subsidiariamente pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, realizará licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL Nº 010/2020**, no prédio da Prefeitura Municipal de São José de Caiana-PB, localizada à Rua Treze de Maio, sn, Centro, no dia **26 de maio de 2020, às 15h00min (horário local)** para **SERVIÇOS DE ACESSORIA E CONSULTORIA NA IMPLANTAÇÃO DO PRONTUÁRIO ELETRÔNICO DO CIDADÃO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DE CAIANA-PB**, de acordo com o Anexo I – Termo de Referência do Edital. Maiores informações e cópia completa do Edital e seus Anexos, poderão ser obtidas na sede da CPL, no endereço acima indicado, ou pelo site www.saojosedecaiana.pb.gov.br.

São José de Caiana-PB, 12 de maio de 2020.

Lúcia Gerlânia da Silva Santos
PREGOEIRA